

Criar Empregos e Oportunidades de Empreendedorismo para que a Juventude Aproveite o Dividendo Demográfico em Angola



Resumo de Política

MENSAGENS PRINCIPAIS:

Com a estratégia certa, a população jovem de Angola tem o potencial de transformar os resultados do seu desenvolvimento para se tornar um país de alta renda.

Entretanto, a economia actualmente apoia-se muito no sector petrolífero, exposto aos mercados voláteis do mundo e com baixo efeito multiplicador de empregos.

Para que Angola aproveite o seu dividendo demográfico e alcance a sua visão de desenvolvimento de longo prazo, é preciso acelerar os esforços para:

- Diversificar a sua economia;
- Melhorar a sua infra-estrutura económica e a facilidade de fazer negócios;
- Desenvolver o seu capital humano e fornecer as habilidades necessárias no dinâmico mercado de trabalho global.

Com uma média de 6,2 filhos por mulher, as altas taxas de natalidade precisam baixar consideravelmente para desacelerar o rápido crescimento da população e mudar a sua estrutura etária de uma dominada por crianças dependentes para outra com mais adultos em idade activa.

Se Angola seguir um cenário de políticas combinadas que priorize simultaneamente o investimento na economia, na educação e na saúde, incluindo o planeamento familiar, o país passará a ter alta renda, com PIB *per capita* de US\$24.609 até 2054. O dividendo demográfico corresponderia a um quarto (US\$6.121) do PIB *per capita*.

Contexto

A Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo de Angola, Visão 2025, objectiva tirar o país da pobreza promovendo crescimento económico, estabilidade macro-económica, empregos e igualdade, aproveitando os consideráveis recursos naturais do país e o seu potencial de criar oportunidades para todos os seus cidadãos. Angola está classificada actualmente como país de renda média baixa, com um PIB *per capita* estimado em US\$3.879.¹ Uma taxa de crescimento económico impressionante, com uma média de mais de 10% anuais entre 2006 e 2010, reduziu para mais de metade (4,7%) entre 2011 e 2015, como resultado do declínio súbito e prolongado dos preços do petróleo, que representam mais de 95% dos rendimentos de exportação de Angola. Apesar de ser um país de média renda, Angola enfrenta muitos desafios socioeconómicos que a colocaram entre os países de baixo desenvolvimento humano (classificada em 150º lugar entre 188 países em 2015).² Um terço da população vive na pobreza, embora a taxa de pobreza tenha diminuído de 68%, em 2000, para 36,6%.

O rápido crescimento da população também contribuiu para desacelerar o crescimento económico. O predomínio de alta fecundidade resultou numa população jovem com alto rácio de dependência infantil. Quase metade (47,2%) da população tem menos de 15 anos, e estima-se que 100 angolanos em idade activa de 15 a 64 anos sustentam 100 dependentes, compostos de crianças abaixo de 15 anos e idosos com 65 anos ou mais.

Todos estes desafios comprometem o alcance das aspirações de desenvolvimento de Angola. Contudo, o país pode aproveitar o potencial da sua população jovem e de suas oportunidades de emprego para avançar os seus objectivos de prosperidade económica. Um rápido declínio no número médio de crianças por mulher, de 6,2 para a média global de menos de 3, pode mudar a estrutura etária actual para outra com predomínio de pessoas em idade activa. Essa transformação na estrutura etária abrirá uma janela de oportunidade para o crescimento económico acelerado chamado de *Dividendo Demográfico (DD)*,³ cuja magnitude pode ser ampliada por meio de investimentos simultâneos contínuos em educação e no desenvolvimento de competências, na saúde, na criação de empregos e na boa administração.

Este documento destaca brevemente as principais políticas e opções de programas que podem ser implementados para superar os desafios económicos existentes a fim de aumentar a produtividade económica e a criação de empregos em Angola e otimizar o potencial do DD. O documento resulta de um estudo realizado em 2018. O estudo mostrou que o país pode chegar ao nível de alta renda em 2054. Entretanto, isso só acontecerá se o país seguir um plano de investimento integrado para desenvolver o seu capital humano, além de investir em reformas económicas para criar empregos dignos e oferecer um ambiente propício para negócios em que o sector privado consiga operar. Se isso for feito, o estudo projectou que o PIB *per capita* aumentaria de US\$4.314, em 2015, para US\$24.609 em 2054, com o dividendo

Referências:

- ¹Instituto Nacional de Estatística [INE] (2018) Dados do PIB *per capita* fornecidos pelo INE
- ²United Nations Development Programme (UNDP), 2016. Human Development Report. Acessado em http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/AGO.pdf
- ³Bloom, D., David Canning & Sevilla, J. (2003). The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change, by RAND MR-1247-WFHF/DLPF/RF, 2002, 100pp., ISBN: 0-8330-2926-6. Santa Monica, CA, USA.
- ⁴World Bank, 2018. World Development Indicators <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>
- ⁵World Bank, 2018. Doing Business Report. <http://www.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/media/Annual-Reports/English/DB2018-Full-Report.pdf>
- ⁶Ministry of Employment, Social Affairs & Vocational Training, 2014. Angola Country Report for 2014 Ministerial Conference on Youth Development. Acessado em http://www.adeanet.org/pqjp-dctp/sites/default/files/documents/angola_country_report.pdf
- ⁷Centre for Affordable Housing Housing (CAHF) & Development Workshop (DW), 2016. Angola's Housing Sectors: Understanding Market Dynamics, Performance, and Opportunities. Acessado em <https://www.ekonomi.gov.tr/portal/content/conn/UJCM/uuid/dDocName:EK-235356>
- ⁸Angola: The Road to Economic Reform, June 11, 2018 <http://www.imf.org/en/News/Articles/2018/06/07/NA061118-Angola-The-Road-to-Economic-Reform>

Situação económica e desafios em Angola

Angola é um país de renda média, com uma economia dominada pelo sector de extração, que corresponde a 38,3% do PIB (Figura 1). O sector de extração também contribui para cerca de 95% da moeda estrangeira e 65% da arrecadação do governo. Embora o país seja rico em recursos, a mineração de diamantes e outros metais fica muito atrás da extração de petróleo não refinado. Devido à dependência em recursos naturais, a economia é facilmente afectada por choque externos, resultando num crescimento económico volátil. O período de 2014 a 2016 foi marcado por uma desaceleração significativa da economia como resultado de um declínio nos preços de *commodities* no mundo todo.

A economia angolana enfrenta desafios importantes que prejudicam a diversificação económica e o crescimento inclusivo. Isso inclui instituições enfraquecidas, infra-estrutura inadequada, habitação imprópria e enfraquecimento da facilitação comercial e dos sistemas de apoio à exportação. Os sectores com grande potencial, como a agricultura, o turismo e a manufactura, são fracamente desenvolvidos, e contribuem minimamente para o PIB. A queda drástica nos preços do petróleo em 2014 reduziu substancialmente a receita tributária e de exportação, resultando num aumento expressivo da dívida pública. Como mostra a Figura 2, a dívida pública enquanto percentual do PIB aumentou de 30%, em 2013, para 73% em 2018.

Os altos níveis de desigualdade em Angola significam que uma grande fatia da população é excluída dos benefícios totais de um crescimento económico positivo. De acordo com o Banco Mundial, Angola possui um índice de GINI de 42,7, mostrando distribuição desigual de renda. A desigualdade de renda correspondeu a 37% de perda no índice de desenvolvimento humano do país em 2016.⁴

O custo empresarial em Angola é muito alto, e na classificação que mede a facilidade de se fazer negócios, o país ficou em 175º lugar dentre 199 países em 2017, mostrando um ambiente regulatório muito rígido para abrir e operar uma empresa local. Essa classificação é atribuída a um ambiente desfavorável no cumprimento de contratos, à burocracia tributária ineficiente e a dificuldades encontradas ao abrir um novo negócio. Luanda, capital de Angola, foi classificada como a cidade mais cara do mundo. Isso impacta negativamente os investimentos.

Alto índice de desemprego e sub-emprego

O nível de desemprego em Angola é bem alto, estimado em 26%. Além disso, muitos trabalhadores têm subempregos no sector da agricultura e em outros sectores informais. Apesar do crescimento recente em sub-sectores não petrolíferos da economia, como agricultura, pesca e bancário, a economia não tem gerado empregos suficientes para acompanhar a crescente população jovem trabalhadora.

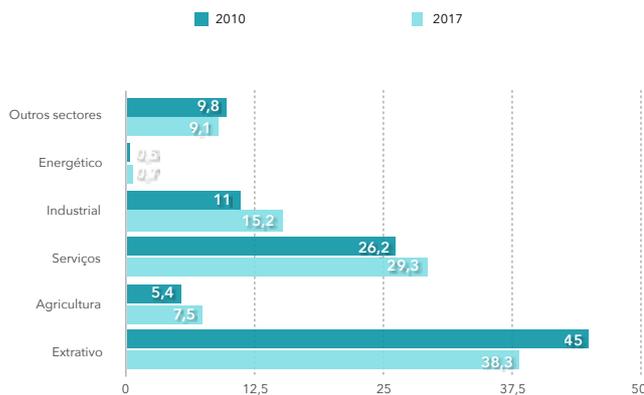


Figura 1: Contribuição do produto interno bruto pelos principais sectores da economia. Fonte: INE, 2018

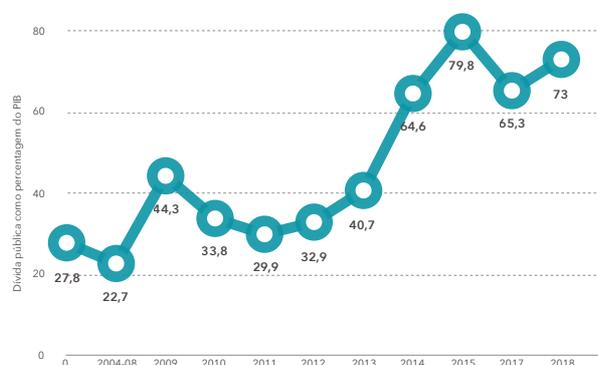


Figura 2: Evolução da dívida pública, Angola, 2004-2018. Fonte: IMF, 2018 (Regional Economic Outlook, SSA)

Estima-se que somente 600.000 empregos foram criados entre 2009 e 2011, principalmente na agricultura, no comércio, na construção e no serviço público. Embora o sector da agricultura corresponda actualmente a 70% do total de empregos, o investimento limitado no sector resultou numa baixa produtividade, contribuindo para apenas 12% do PIB.

A queda nas reservas de moeda estrangeira e a resultante depreciação da moeda local prejudicaram a actividade económica e a criação de empregos em indústrias dependentes de importação, incluindo construção e manufactura. Outro factor que contribui para o desemprego é o capital humano inadequado e pouco capacitado, especialmente em gestão de negócios, ciência e tecnologia, construção e manufactura. A formação académica de toda uma geração foi seriamente afectada pelo conflito civil. Estima-se que 75% dos professores não receberam formação e treinamento necessários, e apenas 54% dos estudantes matriculados no ensino primário concluem esse nível⁶.

Fraca infra-estrutura

Uma infra-estrutura funcional é essencial para o futuro crescimento e prosperidade de um país. Entretanto, as redes de transporte e infra-estruturas de Angola eram inexistentes ou foram gravemente prejudicadas durante a guerra. O poder de transmissão e distribuição das infra-estruturas permanece deficiente, classificado como o menos eficiente da África; a qualidade e a segurança das estradas precisam de melhoria; os sistemas de abastecimento de água permanecem insuficientes e as tarifas não refletem o seu custo. O país embarcou numa onda de grandes projectos de infra-estrutura nos últimos anos, incluindo um novo aeroporto, estradas, ferrovias e barragens para geração de electricidade. Esses projectos contribuirão muito para facilitar o ambiente de negócios, atraindo investidores locais e estrangeiros.

Urbanização

Conforme observado em muitos países africanos, Angola urbaniza-se rapidamente, com uma estimativa de 5,2% no Censo de 2014. Uma rápida urbanização exige habitação adequada. O relatório de 2016 da UN Habitat mostra que mais de metade da população urbana de Angola (56%) vive em bairros de lata. O Governo reconheceu a necessidade de habitação em áreas urbanas, e começou o primeiro Programa Nacional de Desenvolvimento Habitacional em 2008. O Programa visava construir 1 milhão de unidades habitacionais antes de 2015.⁷ Embora o sector público tenha atingido mais do que seu objectivo de entregar 115.000 unidades habitacionais, os outros sectores não atingiram os seus objectivos. Por isso, o défice na habitação ainda é estimado em mais de 1 milhão em 2015. Com uma estimativa de 80% da população vivendo em áreas urbanas em 2050, a escassez habitacional ficará crítica, desestabilizando a economia.

Reformas

O actual Governo tem envidado esforços combinados para melhorar o ambiente de negócios. A administração começou a implementar políticas destinadas a restaurar a estabilidade macroeconómica e melhorar a governação. O governo lançou o programa de estabilização macroeconómica (PEM) no começo de 2018. O plano engloba consolidação orçamental antecipada, maior flexibilidade na taxa de câmbio, redução do rácio dívida pública/PIB para 60% no médio prazo, melhoria do perfil da dívida por meio de operação de gestão de passivos, liquidação de pagamentos internos em atraso e garantia da implementação efectiva de legislação contra o branqueamento de capitais. Também existem reformas estruturais focadas no crescimento do sector privado.⁸ A Assembleia Nacional recentemente aprovou uma Lei de Concorrência que introduz uma estrutura para apoiar a concorrência nos mercados internos e aborda práticas monopolistas nos sectores principais, como telecomunicações e produção de cimento. A assembleia também aprovou a Lei do Investimento Privado, que remove barreiras de entrada ao investimento estrangeiro directo. O governo também lançou um programa para diversificar as exportações e substituir as importações.

Principais recomendações

Para que Angola aproveite o dividendo demográfico e alcance a sua visão de desenvolvimento de longo prazo, o país deve tomar os caminhos que traduzam os seus dotes naturais em crescimento económico sustentável, inclusivo e de longo prazo. Isso pode ser alcançado por meio:

- Da promoção de manufactura no país e na diversificação de exportações.
- Da melhoria no ambiente empresarial e na concorrência, incluindo redução dos custos (financeiros e burocráticos) de abrir um negócio, e melhoria na infra-estrutura física e nos serviços financeiros para facilitar os negócios em todos os cantos do país.
- Do desenvolvimento completo do sector da agricultura para usufruir do seu grande potencial, incluindo a promoção do agronegócio, especialmente para os jovens e as mulheres.
- Do apoio ao investimento privado eliminando obstáculos burocráticos que impedem o crescimento do sector.
- Do incentivo e da promoção do empreendedorismo, incluindo a promoção eficaz de micro, pequenas e médias empresas.
- Da operacionalização do Decreto Legislativo 30/11 e do Decreto Presidencial 42/12, que fornecem incentivos fiscais para promover os negócios.
- Da implementação de medidas para formalizar a ampla economia informal.
- Da promoção de programas de aptidão laboral, incluindo estágios, mentorias e programas de treinamento dentro do trabalho para a juventude.
- Da criação de oportunidades para um maior envolvimento dos jovens no empreendedorismo e na criação de empregos, incluindo a otimização do papel empoderador das tecnologias de informação.

AGRADECIMENTOS

Este Resumo de Política é resultado do relatório do estudo de Dividendo Demográfico de Angola, encomendado pelo Governo de Angola através do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), apoiado pelo Escritório Nacional de País do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e pelo Escritório Regional da África Austral e Oriental do UNFPA (ESARO). O Instituto Africano para Política de Desenvolvimento (AFIDEP) prestou assistência técnica na elaboração do estudo.



